

Construção e imobiliário são decisivos para o futuro do País



Reis Campos

Num momento em que se aguarda a tomada de posse do Governo e está em jogo o futuro do nosso País, a Confederação da Construção e do Imobiliário tem fortes expectativas que o novo Executivo prosiga o principal desafio que Portugal, a par da contenção da despesa pública, tem de superar: A criação de factores de competitividade que permitam a consolidação de uma dinâmica de crescimento sustentado.

Impõe-se, assim, a assunção de um firme compromisso com o desenvolvimento económico do País, sob pena de perderem sentido as exigentes medidas de austeridade que, no imediato, nos são impostas. Por isso tenho afirmado que a concretização do acordo de ajuda externa não pode pôr em causa a adopção de medidas capazes de inverter o actual ciclo e, designadamente, permitir ao sector desempenhar o seu papel como motor da economia, à semelhança do que sucede na maioria dos países desenvolvidos.

A Construção e Imobiliário é responsável por 18,6% do PIB, por 60,6% do Investimento nacional, por 15,8% do emprego, o que representa cerca de 820.000 postos de trabalho e por 20% do tecido empresarial português, ou seja, 220.000 empresas. Acredito, por isso, que o Programa do Governo não irá ignorar esta realidade.

Este sector atravessa a maior crise de que há memória, verificando-se, nos últimos 9 anos uma queda acumulada da produção de 36% e a perda de 201 mil trabalhadores, a que acresce, só no primeiro trimestre deste ano, a redução de 36 mil empregos, pelo que estimamos que possam estar, neste momento, em risco, 140 mil postos de trabalho.

Creio, por isso, haver fortes motivos para o Governo ter um novo olhar sobre a importância do sector, comprometendo-se com o futuro das nossas empresas e dos postos de trabalho que asseguram, para o que deverá orientar a sua actuação no sentido de dar resposta aos aspectos de intervenção prioritária que a nossa Confederação, em devido tempo, identificou junto da "Troika".

Trata-se de áreas fundamentais, como o reforço da competitividade das empresas, que passa, por um adequado planeamento do investimento a realizar, pela imediata regularização das dívidas do Estado e pela melhoria das condições de acesso ao crédito, designadamente, assegurando que sejam transpostos para o tecido empresarial os apoios públicos concedidos à Banca.

Sendo evidente a aposta do Sector nos mercados internacionais, defendemos, também, da parte do

Estado, idêntico empenhamento, seja ao nível da criação de incentivos fiscais e financeiros à internacionalização, seja ao nível da implementação de uma diplomacia económica eficaz.

Consideramos, ainda, imprescindível a concretização dos investimentos de proximidade necessários para o desenvolvimento do País e, sobretudo, a dinamização do mercado da reabilitação urbana, com as necessárias revisões ao nível do arrendamento, o qual deverá ser assumido pelo Governo como um pilar essencial para o relançamento da economia, implementando as medidas tidas como prioritárias pelas próprias entidades externas. Trata-se de áreas que exigem uma renegociação e readaptação das regras de acesso às verbas do QREN, que o nosso País não se pode dar ao luxo de desperdiçar e cuja execução está muito aquém do que seria desejável.

Em suma, é indispensável que o Governo faça uma aposta no investimento produtivo e estruturante, implementando soluções inovadoras de crescimento, que nos permitam, rapidamente, criar emprego e estimular a economia o que, não temos dúvidas, não será possível sem a aposta na Construção e Imobiliário.

Presidente da Direcção da CPPI / Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário